

**Fernando
Moura**

PORTUGUÊS



PORTUGUÊS ULTIMATO

2ª TEMPORADA

AULA 1



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

GABINETE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.proffernandomoura.com.br

PORTUGUÊS ULTIMATO – 2ª. temporada/2021

AULA 1

PROFESSOR FERNANDO MOURA

TEXTO I

É inegável que o Estado representa um ônus para a sociedade, já que, para assegurar o seu funcionamento, consome riquezas da sociedade. Representa, porém, um mal necessário, pois até agora não se conseguiu arquitetar mecanismo distinto para catalisar a vida em comunidade. **Então, se do Estado ainda não pode prescindir a civilização, cabe-lhe aprimorá-lo, buscando otimizar o seu funcionamento, de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz.**

O bom funcionamento do Estado, que inclui também o bom funcionamento de suas estruturas encarregadas do controle público (Ministério Público, Poder Legislativo e tribunais de contas, entre outros), vem sendo alçado à condição de direito fundamental dos indivíduos. Pressupõe, notadamente sob as luzes do princípio constitucional da eficiência, os deveres de cuidado e de cooperação.

O dever de cuidado é consequência direta do postulado da indisponibilidade do interesse público. Em decorrência desse postulado, todo agente público tem o dever de, no cumprimento fiel de suas atribuições, perseguir o interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis. Conduz, portanto, à ideia de vedação da omissão, já que deixar de cumprir tais atribuições evidenciaria conduta ilícita.

O dever de cuidado conduz, ainda, a uma ampla interação entre as estruturas públicas de controle, ou seja, é um dever de cooperação, não como faculdade, mas como obrigação que, em regra, dispensa formas especiais, como previsões normativas específicas, convênios e acordos.

Sob essa perspectiva, o controle público do Estado deve incorporar à sua cultura institucional o compromisso com o direito fundamental ao bom funcionamento do Estado.

Nesse contexto, os deveres de cuidado e de cooperação se impõem a todas as estruturas do Estado destinadas a promover o controle da máquina estatal.

A observância do dever de cuidado e do de cooperação — traduzida, portanto, na atuação **comprometida** e **concertada** das estruturas orientadas para a função de controle da gestão pública — deve promover, entre os agentes e órgãos de controle, comportamentos de responsabilidade e **responsividade**. Por responsabilidade entenda-se o genuíno compromisso com a integralidade do ordenamento jurídico, o que pressupõe, acima de tudo, o reconhecimento de um regime de vedação da omissão. Responsividade, por sua vez, traduz o comportamento orientado a oferecer respostas rápidas e proativas, impregnadas de verdadeiro compromisso com a ideia-chave de promover o bom funcionamento do Estado.

Diogo Roberto Ringenberg. Direito fundamental ao bom funcionamento do controle público. In: Controle Público, n.º 10, abr./2011, p. 55 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

1. O sentido original do texto seria preservado caso o período “Então, se do Estado (...) eficiente e eficaz” fosse reescrito da seguinte forma: Na busca por otimizar o seu funcionamento, o Estado ainda não pode prescindir da civilização; então, resta aperfeiçoá-lo, tornando-o menos caro e aumentando sua eficiência e eficácia.
2. O termo “responsividade” foi empregado com o sentido de qualidade de quem responde pelos próprios atos, ou pelos de outrem, em situação jurídica passível de punição.
3. A coerência do texto seria preservada caso os vocábulo “comprometida” e “concertada” fossem substituídos, respectivamente, por **responsável** e **reparada**.
4. No terceiro período do texto, as formas pronominais “lo”, em suas duas ocorrências — “aprimorá-lo” e “torná-lo” —, e “seu” referem-se a “Estado”.
5. No trecho “de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz”, detalha-se e explicita-se o que se deve entender por “buscando otimizar o seu funcionamento”.
6. Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o trecho “O dever de cuidado (...) e nas leis” poderia ser reescrito da seguinte forma: **O dever de cuidado é consequência direta do postulado da indisponibilidade do interesse público; em decorrência do qual todo agente público deve ter o dever, de cumprindo fielmente, as suas atribuições, perseguir o interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis.**

TEXTO II

O fenômeno da corrupção, em virtude de sua complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige, além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva do Estado. Portanto, é preciso estimular a integridade no serviço público, para que seus agentes sempre atuem, de fato, em prol do interesse público.

Entende-se que a integridade pública representa o estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está “completa, inteira, perfeita, sã”, no sentido de uma atuação que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e valores públicos.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é mais do que a ausência de corrupção, pois envolve aspectos positivos que, em última análise, **influenciam** os resultados da administração, e não apenas seus processos. Além disso, a OCDE compreende um sistema de integridade como um conjunto de arranjos institucionais, de gerenciamento, de controle e de regulamentações que visem à promoção da integridade e da transparência e à redução do risco de atitudes que **violem** os princípios éticos.

Nesse sentido, a gestão de integridade refere-se às atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade e também para prevenir a corrupção e outros desvios dentro de determinada organização.

Internet: (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos a aspectos linguísticos e às ideias do texto.

7. A coerência e a coesão do texto seriam mantidas caso o seguinte trecho fosse incluso como continuação do segundo parágrafo: **Assim sendo, a integridade pública pode ser compreendida como uma virtude ou qualidade dos agentes que atuam, em uma determinada organização, de maneira proba, em favor do interesse público e em conformidade com os princípios, normas ou valores que norteiam a administração pública.**
8. A coesão e a correção gramatical do trecho “e à redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos” seriam mantidas caso a forma verbal “violem” fosse flexionada no singular, passando, então, a concordância a restringir-se ao termo “risco”.
9. O trecho “e também” poderia ser corretamente isolado por vírgulas, recurso que lhe conferiria ênfase.
10. O sujeito da oração iniciada por “Entende-se” é indeterminado.
11. O sujeito sintático de “influenciam” é o termo “aspectos positivos”.
12. Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o trecho “Nesse sentido (...) ” determinada organização” poderia ser reescrito da seguinte forma: **Nesse sentido, a gestão de integridade faz referência às atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade e também para a prevenção da corrupção e de outros desvios dentro de determinada organização.**

“A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras.”

Aristóteles

**Fernando
Moura**
PORTUGUÊS



PORTUGUÊS ULTIMATO

2ª TEMPORADA

AULA 2



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

GABINETE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.proffernandomoura.com.br

PORTUGUÊS ULTIMATO

AULA 2

Professor Fernando Moura

Texto 1

A atividade de busca por dados e informações e a interpretação de seu significado, o que se conhece hoje por inteligência, sempre desempenhou um papel preponderante na história da humanidade, principalmente na política internacional, em maior ou menor grau, conforme a época.

Atualmente, como em nenhum outro período da história, crescem e **se multiplicam** as agências governamentais em uma complexa rede internacional à procura de ameaças veladas ou qualquer tipo de informação considerada sensível, em um jogo estratégico de poder e influência globais. E **é** esse processo de identificação de ameaças, a busca por informações e dados, **que** pretende detectar intenções dissimuladas que ocultem os mais diversos interesses, o que chamo de guerra secreta. Essa modalidade de guerra **se desenvolve** entre agências ou serviços secretos, em uma corrida para ver quem chega primeiro. Trata-se do mais complexo dos conflitos, pois ocorre nas sombras, nos bastidores do poder, identificando propagandas enganosas, desinformação, e celebrando acordos cujas partes sabem antecipadamente que nunca serão cumpridos. Muitas das informações levantadas por agentes secretos em ações de espionagem foram utilizadas em guerras ou mesmo serviram de pivô central para desencadear tais conflitos.

Convivemos com a guerra secreta há muito tempo, embora de forma não perceptível, e, a cada ciclo histórico, com maior intensidade.

André Luís Woloszyn. Guerra nas sombras: os bastidores dos serviços secretos internacionais. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 7-8 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto 1, julgue os itens seguintes.

1. Para o autor do texto, há muito tempo o mundo encontra-se em uma guerra cuja intensidade aumenta a cada ciclo histórico e cujos efeitos já estão bem divulgados.
2. Depreende-se do texto que a guerra secreta é o mais complexo dos conflitos porque é um jogo estratégico de poder, de interesses e de influência que se desenvolve em um espaço específico: nos bastidores do poder político internacional, onde governos semeiam inverdades e encenam acordos sem validade.
3. A próclise observada em “se multiplicam” e “se desenvolve” é opcional, de modo que o emprego da ênclise nesses dois casos também seria correto — multiplicam-se e desenvolve-se, respectivamente.
4. Os vocábulos “é” e “que” poderiam ser suprimidos, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, visto que constituem expressão de realce sem função sintática no período em que se inserem.
5. No trecho “poder e influência globais”, a palavra “globais” apresenta flexão de plural porque caracteriza tanto “poder” quanto “influência” e, nesse caso, seria gramaticalmente incorreto seu emprego no singular — poder e influência global.
6. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados caso seu primeiro parágrafo fosse desmembrado em dois períodos da seguinte forma: **A busca de dados e informações, e a interpretação do significado destes, tratam-se do que hoje se conhece pelo nome de inteligência. Mais ou menos, conforme a época, essa atividade sempre teve papel predominante na história humana, sobretudo na de política internacional.**

Texto 2

No começo dos anos 40, os submarinos alemães **estavam dizimando** os cargueiros dos aliados no Atlântico Norte. O jogo virou apenas em 1943, quando Alan Turing desenvolveu a Bomba, **um aparelho capaz de desvendar os segredos da máquina de criptografia nazista chamada de Enigma**. A complexidade da Enigma — **uma máquina eletromagnética que substituía letras por palavras aleatórias escolhidas de acordo com uma série de rotores** — estava no fato de que seus elementos internos **eram configurados** em bilhões de combinações diferentes, sendo impossível decodificar o texto sem saber as configurações originais. Após espiões poloneses terem roubado uma cópia da **máquina**, Turing e o campeão de xadrez Gordon Welchman construíram uma réplica da Enigma na base militar de Bletchey Park. A máquina replicava os rotores do sistema alemão e tentava reproduzir diferentes combinações de posições dos rotores para testar possíveis soluções. Após quatro anos de trabalho, Turing conseguiu quebrar a Enigma, ao perceber que as mensagens alemãs criptografadas continham palavras previsíveis, como nomes e títulos dos militares. Turing usava esses termos como ponto de partida, procurando outras mensagens em que a mesma letra aparecia no mesmo espaço em seu equivalente criptografado.

Considerando os aspectos linguísticos do texto 2, julgue os itens subsequentes.

7. O termo “um aparelho capaz de desvendar os segredos da máquina de criptografia nazista chamada de Enigma” introduz uma explicação a respeito do aparelho “Bomba”, tal como o faz o termo “uma máquina eletromagnética que substituíra letras por palavras aleatórias escolhidas de acordo com uma série de rotores” em relação a “Enigma”.
8. Do emprego da forma “estavam dizimando” infere-se que a ação de **dizimar** foi contínua durante a época citada no início do primeiro período do texto.
9. No trecho “para testar possíveis soluções”, o emprego da preposição “para”, além de contribuir para a coesão sequencial do texto, introduz, no período, uma ideia de finalidade.
10. A vírgula logo após o termo “máquina” poderia ser eliminada sem prejuízo para a correção gramatical do período no qual ela aparece.
11. A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o período “Após quatro anos de trabalho, Turing conseguiu quebrar a Enigma, ao perceber que as mensagens alemãs criptografadas continham palavras previsíveis, como nomes e títulos dos militares” fosse reescrito da seguinte forma: **Turing conseguiu quebrar a Enigma, depois de quatro anos de trabalho, quando notou que haviam, nas mensagens alemãs criptografadas, palavras previsíveis, tais como, nomes e títulos dos militares.**
12. Em “Turing usava esses termos **como ponto de partida**”, o termo destacado tem função predicativa.
13. A locução verbal “eram configurados” admite, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original, a substituição pela estrutura de voz passiva sintética, reescrevendo-se: **configuraram-se**.
14. A oração “ao perceber” pode ser substituída por “a perceber”, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original.
15. A estrutura “**de desvendar os segredos da máquina de criptografia nazista chamada de Enigma**” desempenha função completiva na estrutura sintática.

“Fortes razões fazem fortes ações.”

William Shakespeare

Rumo ao sucesso pleno!

Estudar a língua portuguesa corresponde

à sensação de estar em uma banheira de hidromassagem...

Forte abraço!

Professor Fernando Moura

**Fernando
Moura** 
PORTUGUÊS

PORTUGUÊS ULTIMATO

2ª TEMPORADA

AULA 3



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

GABINETE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.proffernandomoura.com.br

PORTUGUÊS ULTIMATO – 2ª. temporada/2021

AULA 3

PROFESSOR FERNANDO MOURA

Seja bem-vindo (a), amante da língua portuguesa!

Texto 1

Educação prisional

No Brasil, a educação prisional está garantida por lei. Os mais de 500 mil detentos existentes no país têm direito a salas de aula dentro dos presídios e, a cada doze horas de frequência escolar de qualquer nível (fundamental, médio, profissionalizante ou superior), o preso tem um dia de pena remido. Desde 2012, entre os projetos **voltados à recuperação e à reinserção social**, está a remição de pena por meio da leitura.

O projeto transforma a leitura em uma extensão da produção de trabalho intelectual, que já caracterizava a remição de pena por dias de estudo. Os detentos têm acesso a mais de cem livros comprados pelo governo e, a partir dessa seleção, eles têm **de vinte e um a trinta** dias para ler um livro e escrever uma resenha **que**, se adequada aos parâmetros da lei, como circunscrição ao tema e estética, subtraem quatro dias da pena. Ao todo, os detentos podem remir até quarenta e oito dias apenas com as leituras. Essa possibilidade, **no entanto**, ainda é restrita a penitenciárias federais de segurança máxima.

Após um ano de vigência da lei que regulamentou o projeto, dados coletados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelaram os hábitos de leitura nos presídios. **Foram feitas** 2.272 resenhas, sendo 1.967 aceitas, o que resultou em um total de 7.508 dias remidos. Entre os dez livros mais lidos e resenhados estavam *A Menina que Roubava Livros*, em primeiro lugar, e *O Pequeno Príncipe*, em décimo.

Na visão do coletivo de incentivo cultural Perifatividade, o projeto é uma oportunidade de os detentos ampliarem seu universo e perceberem novas dinâmicas de como analisar o mundo, além de ser um incentivo à educação.

Internet (com adaptações).

Julgue os próximos itens, referentes às ideias do texto Educação prisional.

1. Qualquer detento no Brasil tem direito à educação prisional e, consequentemente, à remição de pena por meio da leitura.
2. O autor do texto defende a ideia de que a leitura possibilita a ampliação do universo do leitor e a percepção de novas dinâmicas de análise do mundo; por essa razão, o texto pode ser caracterizado como essencialmente argumentativo.
3. Os objetivos do projeto de remição de pena por meio da leitura são a recuperação e a reinserção social dos detentos bem como a diminuição do contingente dos presídios.
4. O projeto de remição de pena por meio da leitura começou a vigor no Brasil em 2012.
5. A produção de trabalho intelectual possibilita aos detentos a diminuição da pena a ser cumprida.

No que diz respeito aos aspectos linguísticos do texto Educação prisional, julgue os seguintes itens.

6. Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o sinal indicativo de crase poderia ser eliminado em ambas as ocorrências no trecho “voltados à recuperação e à reinserção social”.
7. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso a expressão “de vinte e um a trinta” fosse substituída por **entre vinte e um a trinta**.
8. A correção gramatical do texto seria mantida caso a vírgula logo após o termo “que” fosse eliminada.
9. A substituição da locução “no entanto” por **conquanto** manteria a relação estabelecida entre a última oração do segundo parágrafo e a que a antecede.
10. A forma verbal “Foram feitas” concorda em gênero e número com o termo seguinte, “2.272 resenhas”, que é o sujeito da oração em que se insere.

Texto 2

No Brasil, pode-se considerar marco da história da assistência jurídica, ou justiça gratuita, a própria colonização do país, ainda no século XVI. O surgimento de lides provenientes das inúmeras formas de relação jurídica então **existentes** — e o chamamento da jurisdição para resolver essas contendas — **já dava** início a situações em que constantemente **as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das demandas**. A partir de então, a chamada assistência judiciária praticamente evoluiu junto com o direito pátrio. Sua importância atravessou os séculos, e ela passou a ser garantida nas cartas constitucionais.

(...)

Em 1988, a Carta Cidadã ampliou o escopo da assistência judiciária ao empregar o termo assistência jurídica integral e gratuita, que é mais abrangente e que abarca o termo usado

anteriormente, restrito apenas à assistência de demanda judicial já proposta ou a ser interposta. O termo **atual** também engloba atos jurídicos extrajudiciais, aconselhamento jurídico, patrocínio da causa, além de ações coletivas e mediação.

Hoje, portanto, alguém que se vê **incapaz de arcar com os custos que uma lide judicial impõe**, mas necessita da imediata prestação jurisdicional, pode, mediante simples afirmativa, postular as benesses dessa prerrogativa, garantida pela Constituição Federal vigente.

Uma história para a gratuidade jurídica no Brasil. Internet (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsecutivos.

11. Seria mantida a correção gramatical do período caso a forma verbal “dava” (R.6) fosse flexionada no plural, escrevendo-se **davam**.
12. Em “as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das demandas”, a partícula “se” foi empregada no sentido de umas às outras.
13. O vocábulo “que”, em “incapaz de arcar com os custos que uma lide judicial impõe”, funciona como pronome relativo e exerce função sintática de complemento verbal direto.
14. Sem prejuízo para a correção gramatical do período e para o sentido original do texto, o vocábulo “existentes” poderia ser flexionado no singular, caso em que passaria a concordar com o antecedente “relação jurídica”.
15. Os elementos “já”, “atual” e “Hoje” desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem.

“O êxito na vida não significa apenas ser bem-sucedido, mas também sobrepor-se aos fracassos.”

Maxwell Maltz

**Fernando
Moura** 
PORTUGUÊS

PORTUGUÊS ULTIMATO

2ª TEMPORADA

AULA 4



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

GABINETE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.profernandomoura.com.br

PORTUGUÊS ULTIMATO – 2ª. temporada/2021

AULA 4

PROFESSOR FERNANDO MOURA

Texto 1

A impossibilidade de manter silêncio sobre um assunto é uma observação que pode ser feita a respeito de muitos casos de **patente** injustiça que nos enfurecem de um modo até difícil de ser capturado por nossa linguagem. Ainda assim, qualquer estudo sobre a injustiça também demanda uma enunciação clara e uma análise arrazoada.

A necessidade de uma teoria da justiça está **relacionada com a disciplina** de argumentar racionalmente sobre um assunto. **Afirma-se, às vezes**, que a justiça não diz respeito à argumentação racional. É fácil ficar tentado a pensar nessa linha. Quando **nos defrontamos**, por exemplo, com uma alastrada fome coletiva, parece natural protestar em vez de raciocinar de forma elaborada sobre a justiça e a injustiça. Contudo, uma calamidade seria um caso de injustiça apenas se pudesse ter sido evitada, em especial se aqueles que poderiam ter agido para tentar evitá-la tivessem deixado de **fazê-lo**. Entre os requisitos de uma teoria da justiça inclui-se o de permitir que a razão influencie o diagnóstico da justiça e da injustiça.

Amartya Sen. A ideia de justiça. Denise Bottmann e Ricardo D. Mendes (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos lingüísticos do Texto 1, julgue os itens subsequentes.

1. O autor do texto defende a ideia de que a razão é um elemento de relevância na definição do que possa ser considerado justiça ou injustiça.

2. Infere-se do texto que calamidades com consequências de proporções imensuráveis não devem ser consideradas casos de injustiça, já que é impossível contê-las.

3. Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “uma calamidade seria um caso de injustiça apenas se pudesse ter sido evitada” (R. 14 e 15) fosse reescrito da seguinte maneira: apenas uma calamidade que poderia ter sido evitada é um caso de injustiça.

4. Na expressão “fazê-lo”, a forma pronominal “lo” retoma a ideia de agir para tentar evitar uma calamidade.

5. Na forma “Afirma-se”, o emprego do pronome “se” indica que não existe um agente responsável pela ação de afirmar.

6. A correção gramatical do texto seria mantida se, no trecho “Quando nos defrontamos, por exemplo, com uma alastrada fome coletiva”, a forma pronominal “nos” fosse suprimida.

7. No texto, o adjetivo “patente” tem o significado de **impressionante**.

8. No texto, caso a expressão “às vezes” fosse deslocada para imediatamente após “justiça”, feitos os devidos ajustes de pontuação, a correção gramatical seria mantida, mas o sentido original do texto seria alterado.

9. A substituição de “relacionada com a disciplina” por **relacionada à disciplina**, embora mantivesse o sentido do texto, prejudicaria sua correção gramatical.

Texto 2

Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A reprodução social das desigualdades contribui para o aprofundamento das situações de pobreza, por isso uma estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as duas pautas.

É necessário **compreender** que a desigualdade se expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que apenas uma **minoria** se beneficia com a acumulação de riqueza e de poder. No caso do Brasil, há especificidades que devem ser observadas. A história de colonização e de escravidão deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

A desigualdade não é natural; ela é uma construção social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que reproduzem as desigualdades devem ser **revelados** de forma que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por meio da cidadania ativa, buscando-se o aprofundamento da democracia e a garantia da justiça **de gênero, da igualdade racial e dos direitos humanos**.

Kátia Maia. Vamos falar sobre desigualdade? Internet (com adaptações).

Acerca das ideias e dos aspectos linguísticos do Texto 2, julgue os itens a seguir.

10. A história do Brasil é marcada por fatos cujos efeitos na sociedade até hoje contribuem para a manutenção de desigualdades.

11. No texto, a palavra “minoria” refere-se aos grupos sociais marginalizados, em situação de maior vulnerabilidade social, tal qual a população das periferias, por exemplo.

12. Considerando que situações de pobreza são sensíveis ao grau de desigualdade de um país, a autora do texto argumenta que uma ação de enfrentamento da desigualdade consequentemente combate a pobreza.

13. A substituição da forma verbal “compreender” por **compreendermos** prejudicaria a correção gramatical do texto, assim como alteraria os seus sentidos originais.

14. A introdução de uma vírgula imediatamente após a palavra “revelados” (R.16) manteria a correção gramatical do texto.

15. Os termos “de gênero” (R.19), “da igualdade racial” (R. 19 e 20) e “dos direitos humanos” (R.20) complementam a palavra “justiça” (R.19).

“Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe em entender. Viver ultrapassa qualquer entendimento.”

Clarice Lispector

Estudar a língua portuguesa é bom demais!

Você (dirigindo-se ao fiscal da prova): “Qual a data da posse? Você sabe?”.

**Fernando
Moura** 
PORTUGUÊS

PORTUGUÊS ULTIMATO

2ª TEMPORADA

AULA 5



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

GABINETE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.proffernandomoura.com.br

PORTUGUÊS ULTIMATO – 2ª. temporada/2021

AULA 5

PROFESSOR FERNANDO MOURA

Escrita, secreta e submetida, para construir as suas provas, **a regras rigorosas**, a investigação penal é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do réu. E, por isso mesmo, esse procedimento tende necessariamente para a confissão, embora em direito estrito não a exija. Por duas razões: em primeiro lugar, porque constitui uma prova tão forte **que não há necessidade de acrescentar outras, nem de entrar na difícil e duvidosa combinatória dos indícios**; a confissão, desde que seja devidamente feita, quase exime o acusador de fornecer outras provas (em todo o caso, as mais difíceis); em segundo, **a única maneira** para que esse procedimento perca toda a sua autoridade unívoca e para que se torne uma vitória efetivamente obtida sobre o acusado, a única maneira para que a verdade exerça todo o seu poder, é que o criminoso assuma o seu próprio crime e assine aquilo que foi **sábida e obscuramente** construído pela investigação.

No interior do crime reconstituído por escrito, o criminoso confesso desempenha o papel de verdade viva. **Ato do sujeito criminoso, responsável e falante**, a confissão é a peça complementar de uma investigação escrita e secreta. **Daí** a importância que todo processo de tipo inquisitorial atribui à confissão.

Por um lado, tenta-se fazê-la entrar no cálculo geral das provas, como se fosse apenas mais uma: não é a *evidentia rei*; tal como a mais forte das provas, não pode por si **só** implicar a condenação e tem de ser acompanhada por indícios anexos e presunções, pois já houve acusados que se declararam culpados de crimes que não **cometeram**; **se não tiver em sua posse mais do que a confissão regular do culpado**, o juiz deverá então fazer investigações complementares. Mas, por outro lado, a confissão triunfa sobre quaisquer outras provas. Até certo ponto, transcende-as; elemento no cálculo da verdade, a confissão é também o ato pelo qual o réu aceita a acusação e reconhece os seus bons fundamentos; transforma uma investigação feita sem a sua participação em uma afirmação voluntária.

Com relação às ideias e aos sentidos do texto, julgue os próximos itens.

1. Para o autor, a confissão sobressai entre as provas construídas pela investigação, mas não é condição para a determinação da verdade.
2. A investigação penal deve ser encerrada quando há confissão do acusado, uma vez que este ato pressupõe a culpa do criminoso confesso e implica a sua condenação.
3. São os bons fundamentos da acusação que convencem o acusado a confessar sua conduta criminosa.
4. Ao declarar-se autor da conduta criminosa, o réu legitima a acusação.
5. Infere-se do texto que o autor não concorda com a ideia de que a confissão seja apenas mais uma prova entre tantas outras.
6. A confissão é um ato secreto e voluntário, segundo o texto.
7. Do trecho “se não tiver em sua posse mais do que a confissão regular do culpado, o juiz deverá então fazer investigações complementares” depreende-se que, diante da ausência de confissão, é dever do juiz buscar outros indícios de autoria.

A respeito de aspectos linguísticos e semânticos do texto, julgue os itens a seguir.

8. A correção gramatical do texto seria prejudicada se o trecho “a regras rigorosas” fosse substituído por sob regras rigorosas.
9. A palavra “Daí” faz referência ao trecho “No interior do crime reconstituído por escrito” .
10. A correção gramatical do texto seria preservada se o trecho “sábria e obscuramente” fosse isolado por vírgulas.
11. O trecho “que não há (...) indícios” exprime uma noção de consequência.
12. Os sentidos e a coesão do texto seriam preservados caso se inserisse a palavra porque imediatamente antes de “a única maneira” .
13. A substituição da palavra “só” por **somente** não alteraria os sentidos do texto, já que ambas são sinônimos no contexto linguístico considerado.
14. O sujeito da forma verbal “cometeram” é indeterminado.
15. O termo “Ato do sujeito criminoso, responsável e falante,” tem função apositiva.

“Precisamos resolver nossos monstros secretos, nossas feridas clandestinas, nossa insanidade oculta.”

Michel Foucault

**Fernando
Moura**

PORTUGUÊS



PORTUGUÊS ULTIMATO

2ª TEMPORADA

AULA 6



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

GABINETE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.proffernandomoura.com.br

PORTUGUÊS ULTIMATO – CEBRASPE

AULA 6

Professor Fernando Moura

Texto para os itens de 1 a 10.

Onde foi parar a empatia?

Desde 2019, a palavra empatia é apontada como a expressão do ano. Mas arrisco dizer que, a cada ano, ela realmente se torna mais necessária. No dicionário, uma das definições para empatia é a capacidade de se identificar com outra pessoa, sentir o que ela sente. É o famoso se colocar no lugar do outro.

Quando a pandemia de Covid-19 teve início, em março do ano passado, muita gente (me incluo) pensou que a empatia seria a palavra de ordem da sociedade. Que passar por uma tragédia em comum faria que as pessoas, de fato, comesçassem a pensar em comunidade por experienciar dramas semelhantes.

O problema é que, diferentemente do que foi dito, nunca estivemos no mesmo barco. A pandemia evidenciou muitas desigualdades. Se você ainda tem dúvidas, faça uma pesquisa na internet e busque imagens de ônibus lotados de pessoas com máscaras nas grandes cidades. São pessoas se arriscando em condições precárias para trabalhar e manter serviços essenciais.

Em contrapartida, preste atenção a qualquer feriado, quando a parte da sociedade que, em geral, pode se isolar aderindo ao *home office*, prefere viajar. Isso aconteceu no último fim de semana, quando São Paulo decretou um feriadão de 10 dias aproveitando a Semana Santa para tentar diminuir os casos de Covid-19.

A intenção era tirar as pessoas das ruas, evitando que elas tivessem que ir trabalhar. O resultado foi o contrário, com alto volume de carros em direção ao litoral

paulista. Alguns turistas contaminados só não entraram nas cidades litorâneas porque foram obrigados a passar por um teste de Covid-19 nas barricadas.

Em momentos como este, nota-se que a situação é absurda. Vale questionar: cadê a empatia? Enquanto olharmos apenas para a nosso umbigo e pensarmos única e exclusivamente em nós, será difícil conter a pandemia, que já parece interminável no Brasil. Onde foi parar a tal empatia de que tanto falamos? Está mais do que na hora de encontrar.

Adriana Izel, Correio Braziliense, 30/3/2021 (com adaptações).

1. Considerando o conjunto do texto 1, o título “Onde foi parar a empatia?” representa uma pergunta que promove reflexão acerca da conduta das pessoas diante do enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Infere-se corretamente do texto que o feriado prolongado não teve seu escopo atingido.
3. Em termos de linguagem figurada, o trecho “Enquanto olharmos apenas para a nosso umbigo” revela uma ironia.
4. No trecho “Quando a pandemia de Covid-19 teve início, em março do ano passado, muita gente (me incluo, inclusive) pensou **que** a empatia seria a palavra de ordem da sociedade. **Que** passar por uma tragédia em comum faria **que** as pessoas, de fato, começassem a pensar em comunidade por experienciar dramas semelhantes”, os vocábulos destacados são, respectivamente, conjunção integrante, pronome relativo e pronome relativo.
5. Em “Se você ainda tem dúvidas, faça uma pesquisa na internet e busque imagens de ônibus lotados de pessoas com máscaras nas grandes cidades”, as formas verbais “faça” e “busque” estão flexionadas no modo subjuntivo.
6. Em “Onde foi parar a tal empatia **de que** tanto falamos?”, a preposição “de” introduz o complemento adverbial.
7. O trecho “Se você ainda tem dúvidas, faça uma pesquisa na internet e busque imagens de ônibus lotados de pessoas com máscaras nas grandes cidades”, reescrito na segunda pessoas do plural, corresponde a “**Se vós ainda tendes dúvidas, fazei uma pesquisa na internet e buscai imagens de ônibus lotados de pessoas com máscaras nas grandes cidades**”.
8. No trecho “Em momentos como este, nota-se que a situação é absurda”, evidencia-se a opinião da autora sobre o assunto veiculado.
9. Em “Em momentos como este, **nota-se** que a situação é absurda”, a oração destacada indica voz ativa.

10. O trecho “A pandemia evidenciou muitas desigualdades” admite, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original, a seguinte reescritura: “**Bastantes desigualdades foram evidenciadas pela pandemia**”.

Texto para os itens de 11 a 15

Em tempos de preocupações com a disseminação mundial do coronavírus, participantes da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que debateu a violência contra a mulher, nesta segunda-feira (9), alertaram para o que consideram uma epidemia brasileira que merece tanta atenção das autoridades, do Parlamento e da sociedade quanto a direcionada à doença que teve origem na China e hoje atinge dezenas de países: o feminicídio.

— A situação é grave, existe a epidemia do coronavírus, que muda até nossas relações, nossas formas de nos cumprimentar, mas o feminicídio é epidemia também, que exige uma resposta imediata aos agressores porque já está virando endemia, tal a gravidade da situação. É possível que um país maltrate e violento tanto suas mulheres? — questionou a pedagoga Abigail Pereira.

Registre-se, inclusive, que o Brasil é o quinto país com mais feminicídios no mundo — em 2018, foram registrados 1.206 casos no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ante 1.151 em 2017). Os passos para alterar esse quadro, segundo os palestrantes, passam pela educação desde a base, pelo estímulo às mulheres (ou a seus parentes, vizinhos e amigos) para denunciar as agressões e pelo investimento estatal.

De acordo com os debatedores, é preciso que as crianças passem a ter visão crítica das agressões, por meio da educação, se tornando mais conscientes no futuro, e que as mulheres tenham acolhimento e proteção familiar nas casas de abrigo ao decidirem denunciar agora, já que muitas vezes se sentem impedidas por depender financeiramente de seus agressores ou temer pelo destino de seus filhos.

Os debatedores também frisaram a importância de as próprias mulheres saberem reconhecer os vários tipos de violência de que podem ser vítimas: física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e outras.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/09/educacao-e-fundamental-na-luta-contr-o-feminicidio-dizem-debatedores>

11. No texto acima, a introdução tem a função textual de aconselhar as autoridades sobre a necessidade de combater o coronavírus e a violência contra a mulher.

12. Ao dizer “É possível que um país maltrate e violento tanto suas mulheres?”, a pedagoga Abigail Pereira apela para um tipo de figura de linguagem caracterizada pela substituição de um termo real por um figurado.

13. O terceiro parágrafo do texto tem a finalidade de comprovar uma afirmação anterior e indicar ações para mudança da realidade explicitada.

14. Em “Registre-se, inclusive, que o Brasil é o quinto país com mais feminicídios no mundo”, a utilização do termo “inclusive” informa ao leitor que uma ratificação de algo anterior será inserida.

15. No trecho “Registre-se, inclusive, **que o Brasil é o quinto país com mais feminicídios no mundo**”, a oração destacada classifica-se em subordinada substantiva objetiva direta.

“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.”

Max Weber

Rumo ao sucesso!

Forte abraço!

Professor Fernando Moura